



**GOVERNO DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Planejamento  
e das Finanças - SEPLAN

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO  
DA SEGURANÇA PÚBLICA  
NO RIO GRANDE DO NORTE**

Sumário Executivo  
Documento de Trabalho



# Diagnóstico da Situação da Segurança Pública no Rio Grande do Norte

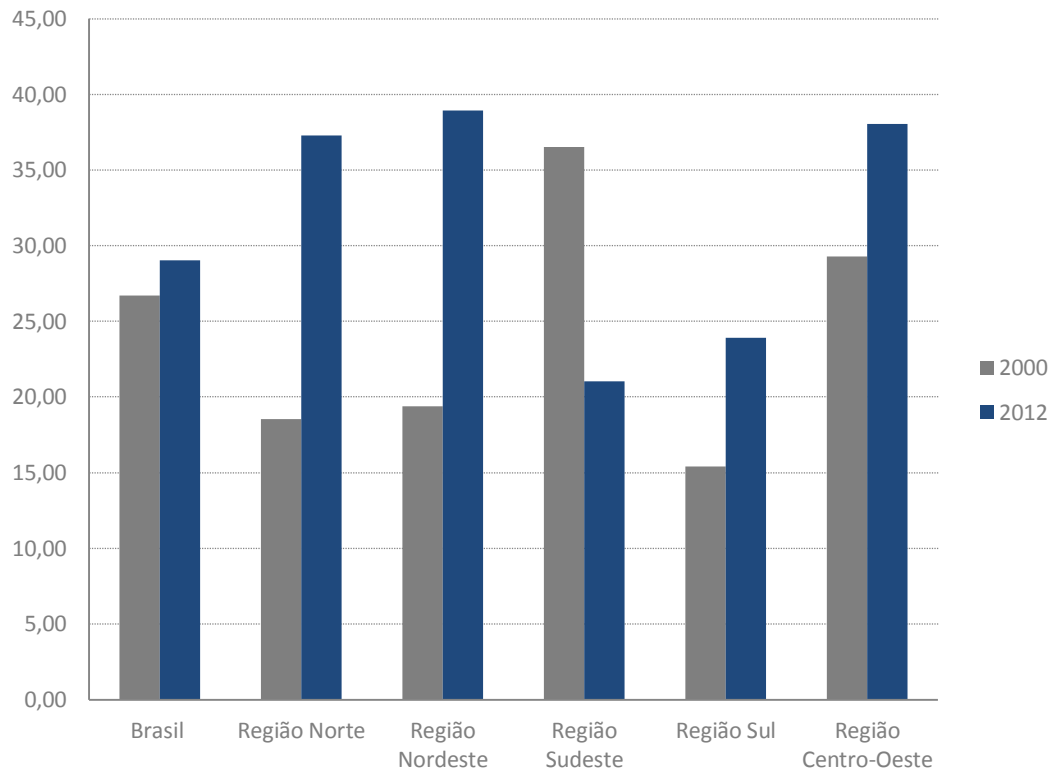
## Sumário Executivo

José Luiz Ratton e Equipe NEPS/UPFE

Este texto sintetiza as informações apresentadas e analisadas no “*Diagnóstico da Situação da Segurança Pública do Rio Grande do Norte*”, oferecendo uma síntese dos principais problemas da área de segurança pública no Rio Grande do Norte, a partir dos dados oficiais, da percepção e opinião dos entrevistados e da visão disseminada pela imprensa. **As interpretações aqui apresentadas não dizem respeito ao ano de 2015.**

Nos últimos anos, a violência e a criminalidade se agravaram no estado sem que o sistema de segurança e justiça, incluindo o sistema penitenciário, se organizasse de forma adequada para enfrentar o novo contexto, o que requer medidas de reestruturação das políticas públicas nessa área. A seguir, apresenta-se os elementos que configuram esse contexto.

**Gráfico 1 |** Regiões do Brasil - Taxas de Homicídio - 2000-2012 Datasus.



**Gráfico 2 |** Taxas de Homicídios no Nordeste do Brasil - 2000/2012 (Datasus).

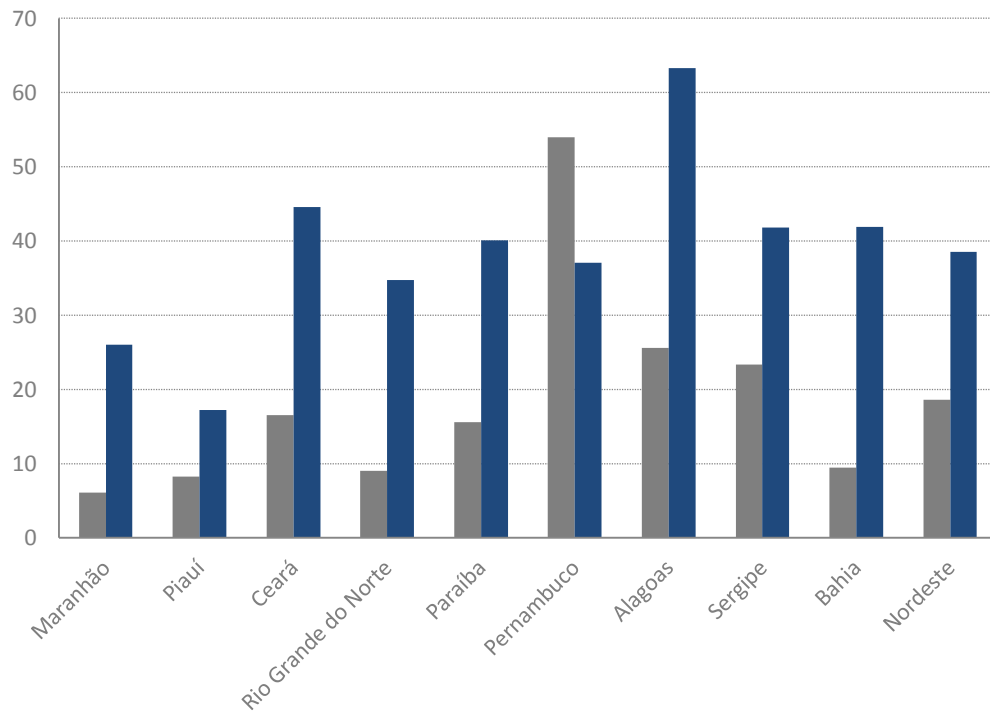


Gráfico 2 | -

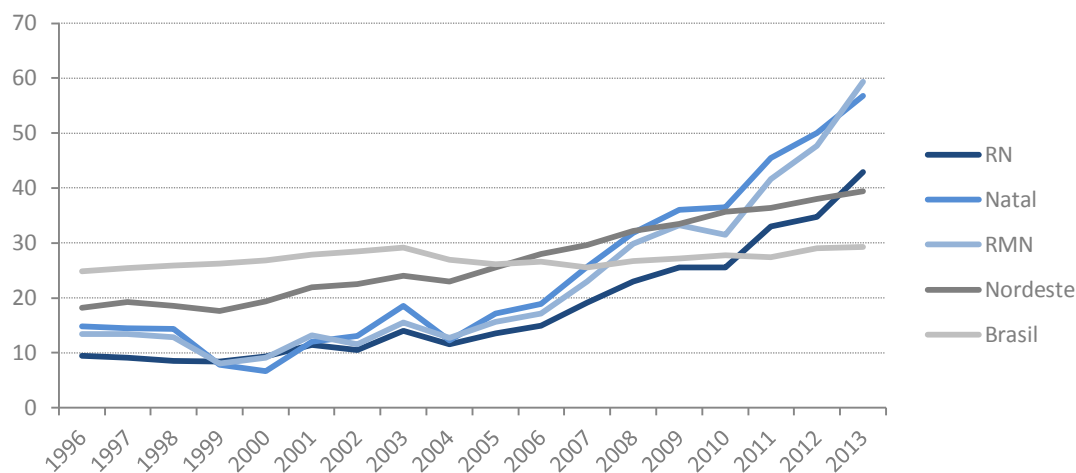
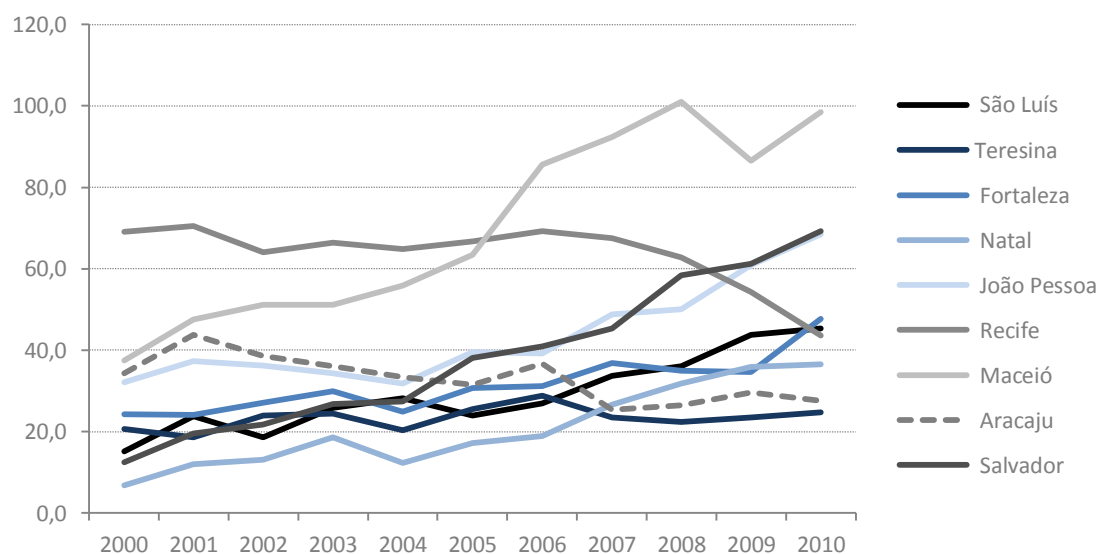


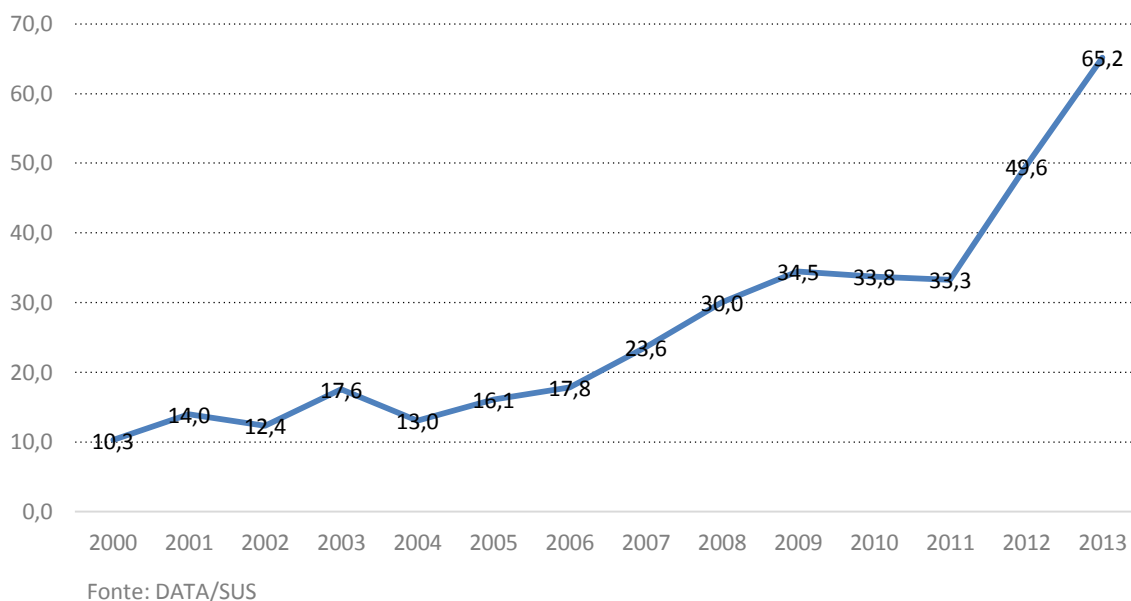
Tabela 1 | -

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>RN</b>	9,4	9,1	8,5	8,4	9,3	11,4	10,5	14	11,6
<b>Natal</b>	14,8	14,5	14,4	7,8	6,7	12	13,1	18,5	12,3
<b>RMN</b>	13,4	13,4	12,8	8,1	9,1	13,2	11,5	15,5	12,7
<b>Nordeste</b>	18,2	19,3	18,5	17,6	19,4	21,9	22,5	24	23
<b>Brasil</b>	24,8	25,4	25,9	26,2	26,8	27,9	28,5	29,1	26,9
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>RN</b>	13,5	14,9	19,1	23	25,5	25,6	33	34,79	42,86
<b>Natal</b>	17,2	18,9	25,7	31,8	36	36,5	45,5	50,03	56,8
<b>RMN</b>	15,6	17,2	23	29,8	33,2	31,5	41,6	47,71	59,36
<b>Nordeste</b>	25,6	28	29,6	32,2	33,5	35,7	36,4	38,02	39,46
<b>Brasil</b>	26,1	26,6	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,05	29,26

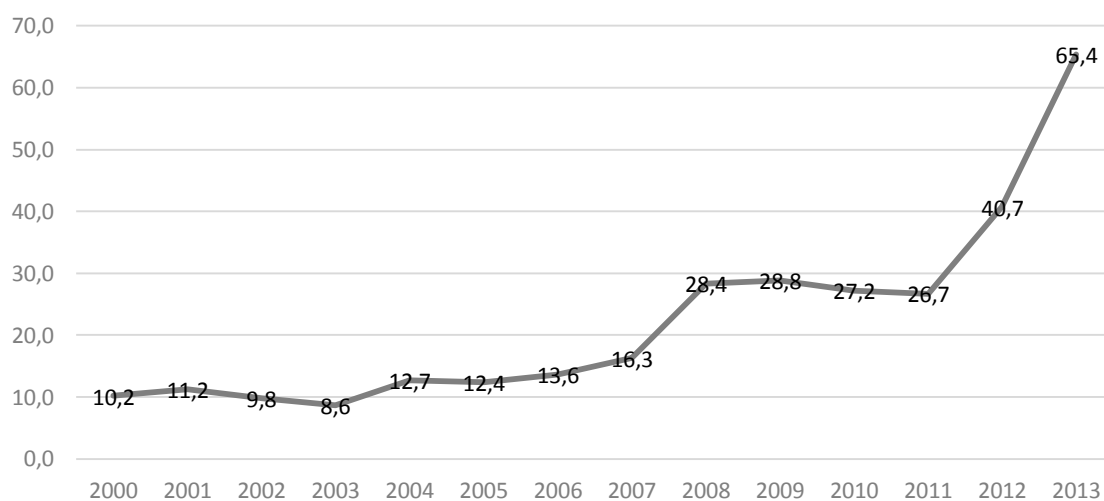
Gráfico 4 | Taxas de Homicídio por capital do Nordeste – 2000/2010.



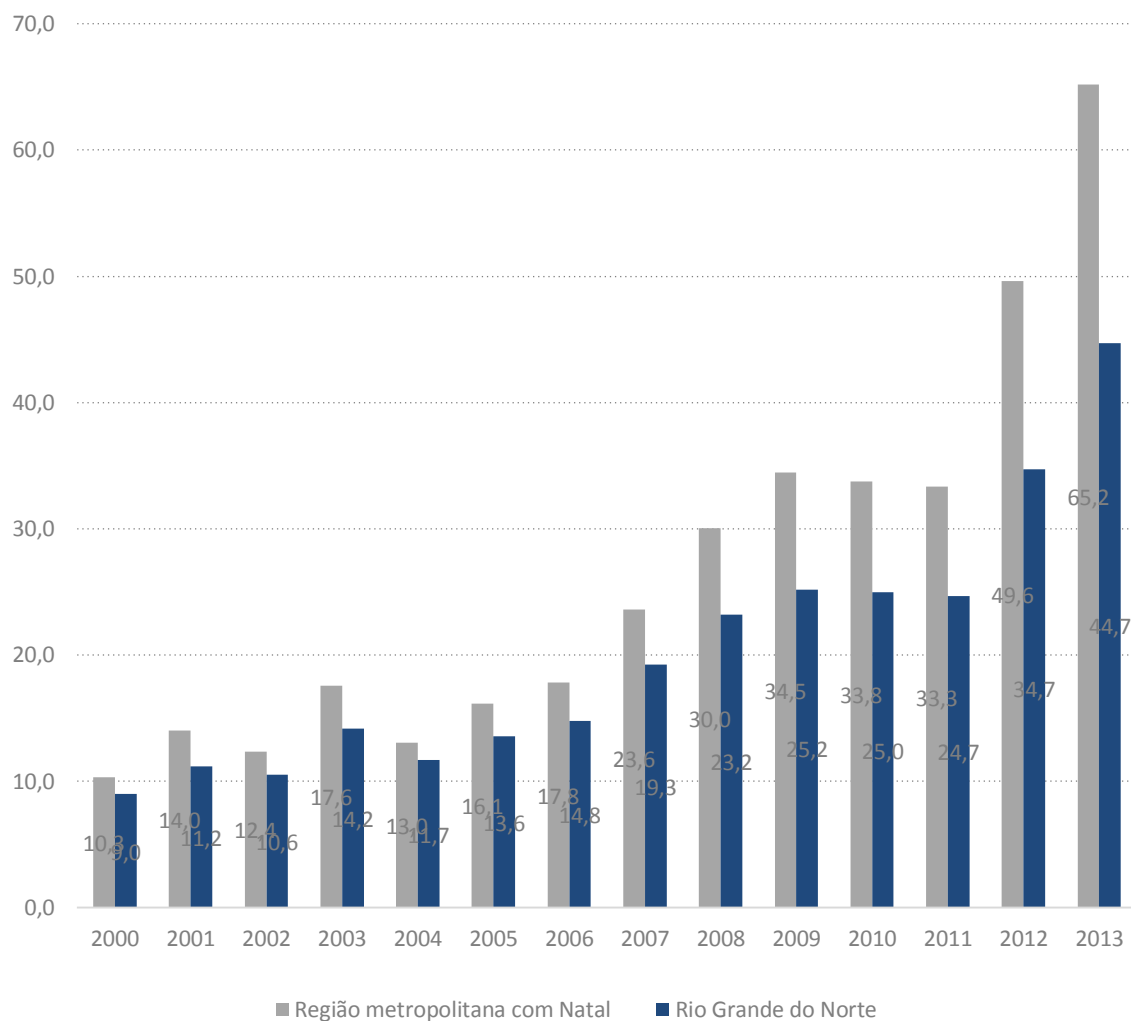
**Gráfico 5 |** Taxas de Homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana da cidade de Natal.



**Gráfico 6 |** Distribuição das taxas de homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana sem a cidade de Natal.

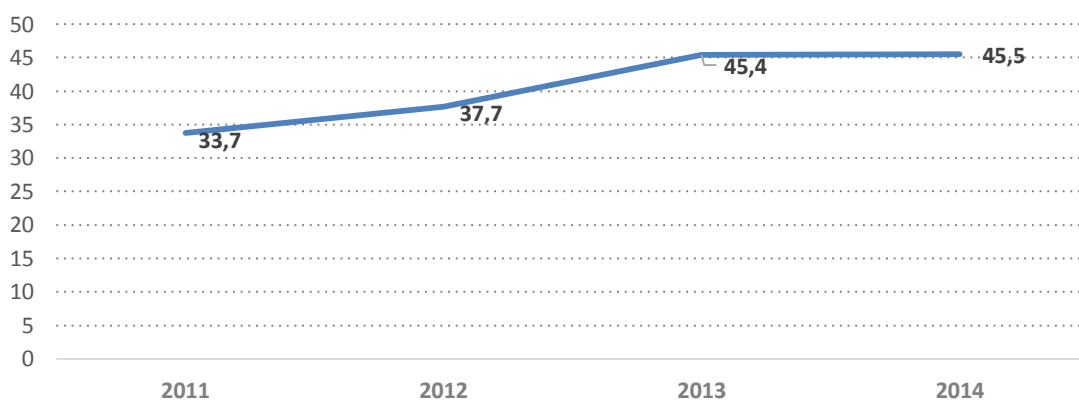


**Gráfico 7 |** Distribuição das taxas de homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana de Natal e o estado do Rio Grande do Norte.



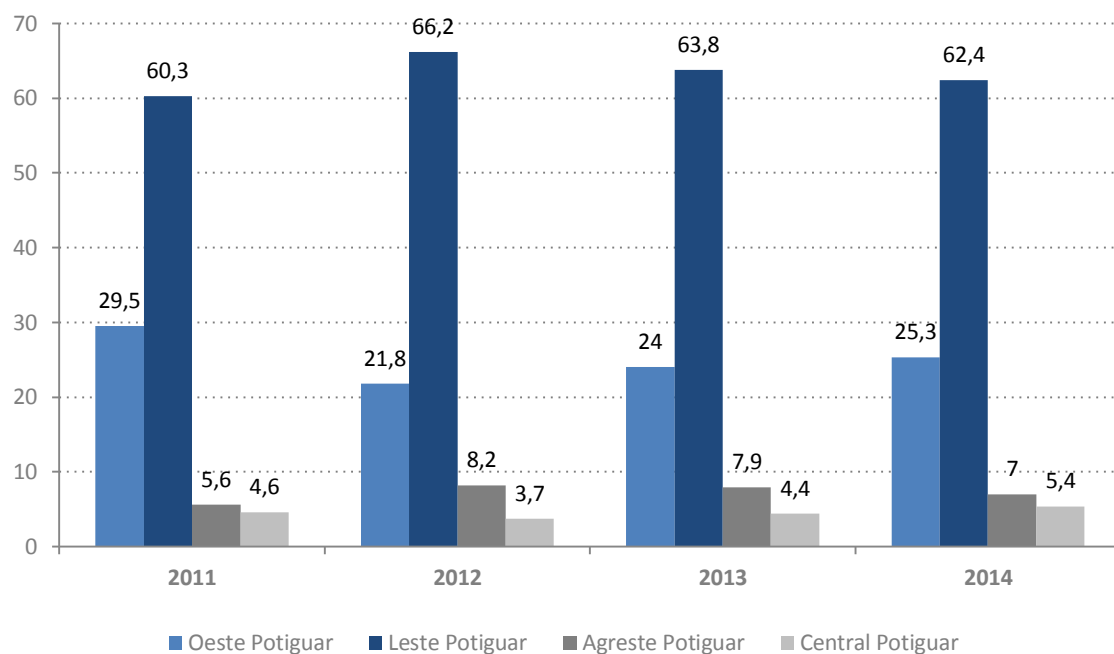
Fonte: DATA/SUS

**Gráfico 8 |** Taxas anuais de CVLI, 2011 a 2014\*, RN.



Fonte: CIOSP/RN.

**Gráfico 9 | CVLI, segundo as mesorregiões, 2011 a 2014\* RN (%).**



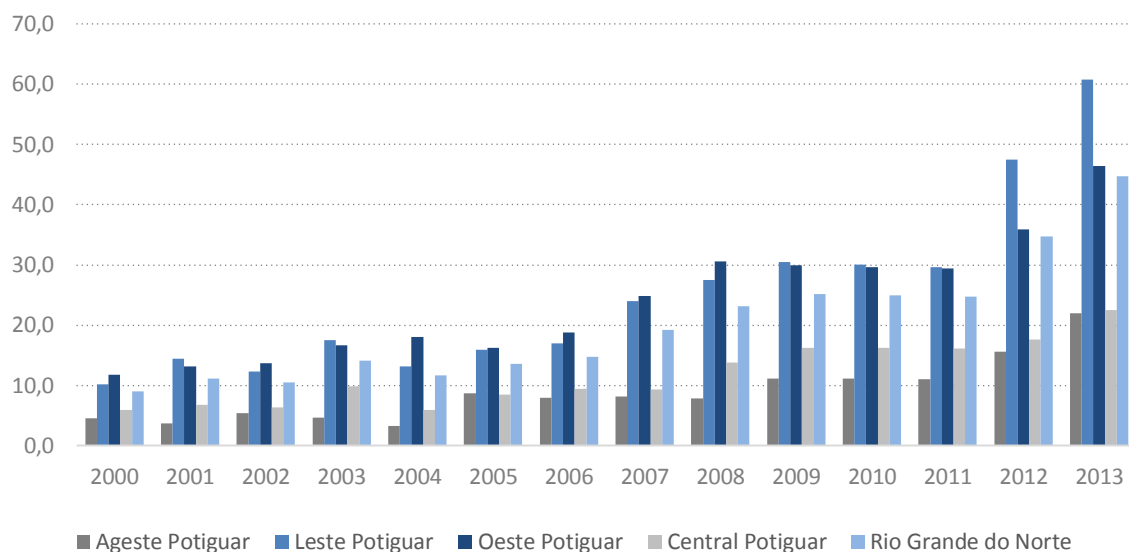
Fonte: ITEP/RN.

**Tabela 2 | Ranking dos municípios com as 12 maiores taxas de CVLI, 2011 a 2014\*, RN.**

Município	Ano				Variação
	2011	2012	2013	2014	%
Extremoz	32,1	142,2	78,7	118,1	267,9
São José do Mipibu	39,9	91,3	101,5	109,9	175,4
Ceará-Mirim	33,5	47,8	64,0	74,6	122,7
Caicó	25,3	11,0	24,2	43,4	71,5
Macaíba	46,8	53,0	131,0	74,2	58,5
Baraúna	65,1	64,1	110,1	97,0	49,0
Parnamarim	38,4	43,0	50,1	52,5	36,7
Natal	46,0	54,7	62,2	58,6	27,4
Açu	37,3	20,4	26,6	45,8	22,8
São Gonçalo do Amarante	64,0	57,5	47,3	71,3	11,4
Mossoró	64,6	48,4	60,3	61,2	-5,3
Santa Cruz	49,8	38,4	60,3	31,1	-37,6

Fonte: ITEP/RN.

**Gráfico 10 |** Distribuição das taxas de CVLI, entre 2000 e 2013 na entre as Mesorregiões e o estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: DATA/SUS.

**Tabela 3 |** Variação na ocorrência de delitos, 2011-2014, RN.

Tipo de delito	Ano				Varição
	2011	2012	2013	2014	%
CVLI (taxa)	33,7	37,7	45,4	45,5	<b>35,0</b>
Roubos (taxa)	254,2	383,3	422,3	426,6	<b>67,8</b>
Furtos (taxa)	391,1	469,2	379,8	360,4	<b>-7,8</b>
Estupros (taxa)	24,6	19,2	17,9	16,9	<b>-31,3</b>
Veículos roubados (nº)	626	3106	2151	3333	<b>432,4</b>
Veículos furtados (nº)	255	1256	854	854	<b>234,9</b>

Fonte: Polícia Civil/RN.

**Tabela 4 |** Participação das despesas com segurança pública no total das despesas realizadas, Região Nordeste, 2007-2013 (%).



Unidades da Federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alagoas	12,8	13,6	14,2	13,4	12,4	12,3	14,1
Bahia	9,4	8,9	9,1	8,5	9,5	10,0	9,1
Ceará	5,8	5,8	6,7	6,0	5,8	8,9	8,3
Maranhão	8,1	7,6	8,6	8,9	7,3	7,6	6,4
Paraíba	9,1	9,1	10,4	9,9	10,6	10,4	10,5
Pernambuco	8,0	8,3	8,4	9,4	10,3	9,0	8,2
Piauí	6,3	4,1	5,0	5,2	4,1	3,8	1,4
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>7,7</b>	<b>8,5</b>	<b>8,6</b>	<b>7,9</b>	<b>8,2</b>	<b>9,6</b>	<b>7,7</b>
Sergipe	8,9	8,2	9,6	11,7	12,2	11,9	10,8
MÉDIA REGIÃO NE	8,5	8,2	9,0	9,0	8,9	9,3	8,5

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

**Tabela 5 |** Despesa per Capita Segurança Pública, Região Nordeste, 2007-2013 (R\$).

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alagoas	149,36	188,18	227,68	238,46	227,16	251,91	300,23
Bahia	113,53	122,29	133,43	140,00	182,09	214,98	192,07
Ceará	62,43	74,15	103,88	113,33	113,02	171,56	166,24
Maranhão	67,68	82,59	106,62	119,38	107,49	127,08	132,49
Paraíba	111,26	128,48	149,22	153,09	168,27	195,01	217,76
Pernambuco	107,05	132,21	155,11	181,22	223,01	219,43	215,73
Piauí	77,28	57,30	84,25	93,63	76,35	78,14	29,67
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>128,21</b>	<b>157,99</b>	<b>180,48</b>	<b>164,49</b>	<b>182,68</b>	<b>257,54</b>	<b>209,24</b>
Sergipe	149,39	176,14	235,39	341,07	324,55	369,05	317,98
MÉDIA REGIÃO NE	107,35	124,37	152,89	171,63	178,29	209,41	197,93

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

## Conclusões Provisórias

- Os crimes violentos letais intencionais (CVLI) aumentaram de forma significativa no Rio Grande do Norte, no período de 2011 a 2014, deixando a taxa estadual quase **cinco vezes mais alta** do que aquela considerada aceitável pela ONU.

- A mesorregião do **Leste Potiguar** é a que concentra a maior proporção de crimes violentos em todo o estado, seguida pelo Oeste Potiguar.
- A RM de Natal fechou a década passada, em 2010, com um aumento de quase 200% na taxa de CVLI e o biênio 2012-2013 apresentou-se como o mais violento da série histórica.
- No início da década (2000), as taxas de homicídios estavam dentro do padrão aceitável pela ONU, mas ao longo dos anos seguintes e **especialmente a partir de 2008** o estado apresenta uma escalada de violência que eleva as taxas para patamares muito altos.
- Além de Natal, é muito preocupante a situação em Mossoró, Extremoz, São José do Mipibu, Ceará-Mirim, Baraúna, Macaíba e São Gonçalo do Amarante.
- Juntas, as **microrregiões de Natal, Mossoró e Macaíba reuniram cerca de 84% de todas as ocorrências de CVLI do Estado entre 2011 e 2014.**
- A maior parte das vítimas de CVLI é do sexo masculino, tem entre 18 e 30 anos, é solteira, residente no próprio estado e morre em decorrência do uso de arma de fogo.
- Diferentemente de outros estados, no Rio Grande do Norte o uso de armas de fogo aumentou no período estudado, **mesmo na vigência do Estatuto do Desarmamento, o que sugere que o estoque de armas disponíveis do Rio Grande do Norte não diminuiu no período posterior ao Estatuto do Desarmamento.**
- Além dos CVLI, cresceu também o número de crimes contra o patrimônio e os delitos cometidos por crianças e adolescentes.
- Houve uma **grande redução no número de boletins de ocorrência remetidos à Justiça e de mandados de prisão cumpridos.** A elevação nos mandados de prisão, porém, não apresenta correspondência com o número de adultos presos, que caiu, contrastando vivamente com a elevação nas taxas de criminalidade observadas no período.
- O número de adolescentes apreendidos por atos infracionais cresceu quase 150%, assim como mais que duplicou número de crianças e adolescentes apreendidas por ordem judicial, o que aponta para um maior controle sobre esse grupo populacional do que sobre infratores adultos.
- Houve aumento no volume de recursos despendido com Segurança Pública. A despesa per capita teve uma elevação de 63,2% entre 2007 e 2013. Mas a participação destas despesas no total das despesas realizadas pelo estado manteve-se no mesmo patamar de 2007 (7,7%). O aumento do gasto com Segurança Pública não teve impacto na redução dos indicadores de crime e de violência, **o que revela tanto a concentração de gastos com remuneração de pessoal quanto a baixa qualidade do gasto com Segurança Pública.**

- Os efetivos das polícias estão abaixo da média regional (Nordeste) e as remunerações só são mais altas do que as da Paraíba, considerando os dados obtidos.
- Apenas 10,3% dos municípios do Rio Grande do Norte possuíam estruturas próprias de segurança pública, o que corresponde a apenas 17 de um total de 167, sendo a proporção mais baixa do Nordeste.
- A letalidade policial está entre as mais baixas do Nordeste, o que não significa que não seja um problema.
- O estado tem uma das menores taxas de encarceramento do país, mas há concomitância entre as baixas taxas de encarceramento e o crescimento das taxas de homicídio nos últimos anos, alertando para a possibilidade de existência de fragilidades nos processos de investigação criminal e execução penal. Note-se que as taxas de encarceramento são baixas se fizermos comparações com outros estados. Contudo, a situação do sistema prisional é repleta de problemas há anos, o que pode ser evidenciado pelas recentes rebeliões.
- A **proporção de presos nas custódias das polícias é alta** assim como é alta a proporção dos encarcerados que estavam em situação provisória.
- Em 2013, havia um deficit de **aproximadamente 3000 vagas** no sistema penitenciário.
- A maior parte dos presos está no sistema pelos **Crimes contra o patrimônio, Tráfico de entorpecentes e Crimes Violentos Letais Intencionais**, nessa ordem.
- O perfil dos presos repete as características identificadas nas vítimas de CVLI: homens jovens e negros.
- A população jovem encarcerada cresceu de forma significativa nesse período, passando a representar mais de um terço de toda a população carcerária do estado. A população negra encarcerada também cresceu: em 2013 representava 71,3% do total de apenados do estado, mas a grande variação se deu entre os pardos, que registraram um crescimento de quase 20% no período.
- As estatísticas criminais no Rio Grande do Norte ainda não estão apresentando cobertura e qualidade suficientes para orientarem o trabalho de gestão na Segurança Pública.
- As organizações policiais e a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte não construíram, nos últimos anos, procedimentos de gestão estruturadores, capazes de lidar com a complexidade do problema do crime e da violência no estado.

## Percepção dos operadores do sistema e da imprensa

- O cenário de violência, criminalidade e insegurança do Rio Grande do Norte é relativamente recente. Nas últimas décadas, o grande crescimento populacional do

estado não foi acompanhado pelo incremento qualitativo necessário nas instituições de controle social. A consolidação do mercado ilegal de drogas, potencializada com a chegada do *crack*, juntamente com o estabelecimento de outras modalidades criminosas, tais como assassinatos vinculados a grupos de extermínio, assaltos a banco e sequestros, trouxeram mudanças que contribuíram para a elevação dos índices de violência. A interiorização da criminalidade, antes concentrada em Natal e na sua Região Metropolitana, também aparece como um problema sério para os operadores de segurança pública.

- Contudo, uma das principais causas do aumento da criminalidade no Rio Grande do Norte é a ausência de política pública de segurança no estado do Rio Grande do Norte. **As administrações estaduais nos últimos 25 anos foram descritas como ineficazes na construção de políticas públicas de segurança efetivas. A segurança pública nunca foi vista como prioridade no estado, inexistindo a percepção de segurança pública como política pública de gestão integrada.** A situação precária da SESED é apontada como maior indicador desse problema. A instituição se localiza num prédio sem estrutura, onde falta até mesmo telefone. Não possui respaldo político para exercer seu papel de coordenação das corporações policiais, e muitas vezes sofre interferência direta no seu trabalho de outras secretarias ou de políticos ligados ao governo.
- É dito de forma reiterada que os **investimentos na área de segurança são baixos**, especialmente para a área de **prevenção e não há integração entre os diferentes órgãos de segurança**. O papel da **Secretaria de Segurança e de Defesa Social** na articulação entre os diversos setores que atuam no combate à violência **não vem sendo realizado de maneira satisfatória nos últimos anos**.
- As instituições policiais do estado se encontram com diversos problemas de ordem estrutural. Ao longo do tempo, as instituições de segurança se fragilizaram e perderam capacidade de enfrentar as mudanças identificadas no contexto da criminalidade. **A Polícia Militar apresenta Regimento Internos defasado e condições de trabalho descritas como “precárias” e perdeu poder ostensivo. A Polícia Civil, em situação semelhante, não vem cumprindo o seu papel investigativo.**
- O policiamento ostensivo e preventivo, de responsabilidade da PMRN, é descrito como ineficiente, calcado em práticas meramente reativas, voltado apenas para o atendimento de ocorrências. O policiamento em viaturas é destacado em detrimento do policiamento a pé, o que contribuiria para a sensação de insegurança da população. Não existe policiamento comunitário. A corporação sofre com um deficit sério de

efetivo. Falta uma política de recompletamento, que considere a grande quantidade de policiais que se aposentam ano a ano, bem como os afastamentos decorrentes de problemas físicos e psicológicos por excesso de trabalho. A “política de progressão” no interior da corporação estaria repleta de problemas. O desvio de função, com muitos policiais deslocados para serviços administrativos e burocráticos, contribuiria para o atual déficit de policiamento ostensivo. Os salários são apontados como baixos, principalmente para o grosso da tropa e haveria, segundo alguns entrevistados, disparidades salariais entre as polícias estaduais. Falta uma política de cargos e carreiras, que recompense os policiais por produtividade e tempo de serviço. A prática de pagamento das chamadas “diárias operacionais”, que procura remediar os baixos salários, provoca aumento exacerbado da jornada de trabalho na corporação, com consequências sérias para a qualidade de vida dos policiais. Também não há política de formação continuada, nem preocupação com redução da letalidade e da violência policial, segundo parte dos entrevistados.

- O policiamento investigativo e judiciário, de responsabilidade da PCRN, apresenta deficiências ainda mais sérias. Não existe estrutura adequada para as investigações nas delegacias; faltam viaturas descaracterizadas, equipamentos de filmagem e fotografia, sistemas de gestão informatizados, computadores etc. As delegacias são descritas como prédios públicos precários, onde faltam até mesmo banheiros para os policiais e para o público. A atividade investigativa é “dividida” com a PMRN, que parece possuir maior estrutura para sua execução dentro dos batalhões. Não há sistema informatizado de acompanhamento de inquéritos, nem metas territorializadas, ou recompensas para os policiais mais produtivos. Alguns entrevistados apontam disputas crônicas entre grupos de delegados e entre os policiais mais jovens e os mais antigos na PCRN. O déficit do efetivo é enorme; a corporação conta com 30% do previsto em lei para seu pleno funcionamento. As delegacias abrangem áreas territoriais e populações muito maiores do que sua capacidade. Os salários dos agentes e escrivães é tido como inadequado. No ITEP, a situação é ainda mais precária, com 26 integrantes da Polícia Técnico-científica realmente capacitados para a função para todo o Rio Grande do Norte. Segundo todos os entrevistados, essas deficiências são ainda mais graves no âmbito da Polícia Técnico-Científica e da atividade policial investigativa acarretam um grande número de inquéritos concluídos por meio de *flagrantes*. Uma queixa recorrente é que não há política adequada de formação para investigação policial.
- A relação entre as polícias não é tida como problemática. No entanto, a falta de uma definição institucional quanto a protocolos de atuação parece provocar alguns problemas cotidianos. Para alguns, a Polícia Militar, estaria cada vez mais exercendo o papel investigativo que deveria ser da Polícia Civil.

- O Ministério Público sofre com problemas de gestão, planejamento e priorização. Não há metas, nem parcerias claras com o Governo do Estado no sentido de estabelecer prioridades. O controle social da atividade policial apresenta limites inerentes devido a uma atuação difusa. O Poder Judiciário desenvolve poucas parcerias com o Governo do Estado, exercendo seu papel sem integração sistêmica com os demais atores, apresentando, segundo muitos entrevistados, práticas desatualizadas. A Defensoria Pública, apesar de eficiente, sofre com deficit de pessoal, contando com somente 50 defensores para todo o estado.
- Finalmente, as guardas municipais, apesar de estarem presentes em um número maior de municípios nos últimos anos, apresentam pouca clareza quanto ao seu papel institucional na política pública de segurança. São pensadas como instituições auxiliares do policiamento ostensivo e comunitário, mas não apresentam uma padronização clara na estrutura e nas práticas cotidianas. Muitas sofrem com problema de falta de efetivo e equipamentos adequados de trabalho.
- A corregedoria é apontada como instituição burocrática e ineficiente, sem capacidade ou respaldo para exercer controle e repressão das más práticas policiais. É descrita como uma “fábrica da impunidade”, além de se revelar extremamente corporativista. Não há fiscalização do trabalho policial nem cobrança de rendimento de maneira sistematizada para os atores que compõem o quadro da segurança pública. As ações consideradas como positivas são vistas como práticas isoladas e não fruto de uma cultura institucional. Estruturalmente, pode-se considerar que a corregedoria da Polícia Civil não existe, uma vez que não tem orçamento.
- A solução encontrada para o problema dos presos nas custódias das polícias, ao passá-las para o sistema penitenciário, foi ineficaz, pois transformou as delegacias em pequenos presídios, sem produzir qualquer efeito estrutural. As condições dos CDPs foram descritas como “precárias e inaceitáveis”, e “há uma série de violações aos direitos humanos nessas localidades”.
- A Fundac permanece um problema, que alcançou melhoras nos últimos meses, mas ainda assim carece de investimentos continuados para garantir a realização de medidas socioeducativas, tanto em meio fechado, quanto em meio aberto.
- O sistema penitenciário enfrenta muitos problemas, desde a superlotação das unidades, péssimas condições das instalações, quase inexistência de mecanismos de gestão e baixa qualificação dos agentes penitenciários. A entrada de celulares e as revistas abusivas em dias de visita também são comuns nos presídios do estado.

- Não há serviço de assistência social no sistema penitenciário, o que dificulta a instalação de processos de ressocialização, que são praticamente inexistentes.
- Reconhece-se a existência de policiais que se envolveram com a criminalidade de forma mais sistemática. Contudo, parte dos entrevistados não acredita na existência de estruturas organizadas dentro das corporações voltadas para práticas de extermínio, enquanto outros entrevistados percebem a permanência de práticas relativamente estruturadas de vinculação com grupos de extermínio dentro das organizações policiais.
- As precárias condições de trabalho dos defensores públicos, reconhecidamente comprometidos com o seu trabalho, segundo a quase totalidade dos entrevistados, sobrecarregam a atuação da Defensoria.